COMUNICAÇÃO ORAL - GT 4 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O MEIO AMBIENTE E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Graziela Laurindo (grazillau@hotmail.com)

Fatima Elizabeti Marcomin (fatimaelizabetimarcomin@gmail.com)

1. Introdução

O ser humano, desde os primórdios de sua existência, tem estabelecido relações de dependência com seu entorno. Contudo, a intensa exploração dos ambientes naturais tem comprometido, sobremaneira, a qualidade de vida no planeta. Faz-se necessário o estabelecimento de relações de responsabilidade, tanto na dimensão individual quanto na coletiva, local e global, de comprometimento e responsabilidade visando estabelecer a sustentabilidade humana e planetária.

Dentro desse contexto, a Educação Ambiental (EA) consiste num processo de sensibilizar o ser humano para estreitar relações com o ambiente e responsabilizar-se por ele. Isso implica em mudanças no modo humano de pensar e na adoção de comportamentos, pois a sociedade necessita estar comprometida com a sustentabilidade socioambiental. Nesse sentido, as pessoas com deficiência, independentemente de qual seja ela, podem e devem participar dessa experiência. A integração e a inclusão dessas pessoas no processo de discussão/reflexão e sensibilização sobre as questões

socioambientais, além de uma necessidade, deve ser encarada como um direito ao exercício pleno da cidadania.

O presente recorte de uma pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação esboça algumas reflexões acerca da relação entre pessoas deficientes e ambientes naturais e/ou alguns de seus elementos.

2. Materiais e métodos

Apresentamos algumas reflexões oriundas de um referencial teórico construído e sustentado na relação entre a fenomenologia bachelardiana (BACHELARD, 2009) e a Educação Ambiental, além de questões socioambientais em Sato, Gomes e Silva (2013), Guimarães (2013), entre outros. Procura-se também compreender um pouco o universo de possibilidades dos ambientes naturais e da EA em diálogo com os deficientes.

A reflexão em questão insere-se no contexto de uma pesquisa qualitativa de cunho fenomenológico (GIORGI, 2012), já que se ocupa do estudo do fenômeno. “A Fenomenologia se interessa pelos fenômenos que se oferecem ao indivíduo, porque nada é possível sem levar em consideração a consciência [...]” (GIORGI, 2012, p. 390).

3. Resultados

As pessoas com deficiência correspondem a mais de 45 milhões de brasileiros e brasileiras. As barreiras atitudinais, instrumentais, metodológicas, programáticas,

arquitetônicas e comunicacionais as impedem de viver em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, inclusive no acesso às políticas socioambientais (BORGES, 2006).

A interação entre homem e ambiente natural é uma das maneiras de reconfigurar a noção de espaço, uma vez que experiências simplórias como o contato com um golfinho em um passeio no mar, por exemplo, podem dinamizar a conscientização do sujeito acerca da preservação dessa espécie animal, bem como o respeito ao seu hábitat. Assim, não se trata apenas de discursos sobre não jogar lixo no mar, mas da reflexão que poderá gerar consciência, e esta resultar em atitude (MARIN, et al., 2003).

Marcos históricos têm sinalizado a importância de que as pessoas com deficiência sejam incorporadas na reflexão socioambiental: a Rio+20, no relatório “O futuro que Queremos” (INPE, 2012) inovou ao destacar pelo menos cinco pontos com referência direta a pessoas com deficiência. O documento ainda pontuou, no item 29, o compromisso de tomar medidas e lançar iniciativas concretas para remover obstáculos para fortalecer o apoio e atender às necessidades especiais das pessoas com deficiência. No item 43, assinala a participação de pessoas com deficiência na promoção do desenvolvimento sustentável. Outro marco que podemos destacar é a Lei 9.795 (BRASIL, 1999), que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. Esta determina, em seu artigo 9º, que a Educação Ambiental deve estar presente em todos os níveis escolares da educação formal. Entendemos, portanto, que a educação de pessoas deficientes também deve incorporar a EA.

4. Discussão

A EA vem, pouco a pouco, ampliando seu rol de investigação e atuação em diversas frentes e aprofundando-se com maior densidade e vigor na aproximação dos sujeitos com as questões socioambientais.

O estudo pode contribuir para que os profissionais, que atuam junto aos deficientes, considerem o vínculo natural existente entre esses alunos e o meio ambiente e promoverem tal aproximação na reabilitação dessas pessoas.

Bachelard (2009) nos permite visitar conchas, ninhos e nos encontrarmos neles. Já Soares (2016, p. 10) corrobora com nossa crença de que “[...] a natureza e seus elementos como possibilidades de educação, cura e regeneração do corpo”.

5. Conclusões

Contextualizando brevemente, acreditamos que a Educação Ambiental faz parte de um processo de mudanças e adoção de novos comportamentos em que os indivíduos com deficiência, independentemente de qual seja, podem e devem participar de experiências motivadoras junto aos ambientes naturais. A integração e a inclusão das pessoas com deficiência no processo de discussão/reflexão e sensibilização sobre as questões ambientais é, além de uma necessidade, uma realidade, devendo ser encarada como um direito à melhoria de condições de vida e do planeta.

Referências

BACHELARD, G. A Poética do Espaço. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BORGES, J.A.S. Meio ambiente e interação social. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2016/06/meio-ambiente-e-inclusao-social-dialogos-necessarios-por-jorge-amaro-de-souza-borges>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. Lei N. 9,795, de 27 de abril de 1999. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 11 maio 2017.

GIORGI, A. Sobre o método fenomenológico utilizado como modo de pesquisa qualitativa nas ciências humanas: teoria, prática e avaliação. In: POUPART, J.

et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 386-409.

GUIMARÃES, M. (Org.). Caminhos da Educação Ambiental: da forma à ação. Campinas: Papirus, 2013.

INPE. O futuro que queremos: economia verde, desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. Rio de Janeiro: INPE, 2012. Disponível em: < http://www.inpe.br/noticias/arquivos/pdf/RIO+20-web.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.

MARIN, A. A.; OLIVEIRA, H. T.; COMAR, V. A educação ambiental num contexto de complexidade do campo teórico da percepção. Interciência, Caracas, v. 28, n. 10, p. 616- 619, 2003.

SATO, M.; GOMES, G.; SILVA, R. (Orgs.). Escola, comunidade e educação ambiental: reinventando sonhos, construindo esperanças. Cuiabá: Print, 2013.

SOARES, C. L. Três notas sobre natureza, educação do corpo e ordem urbana (1900-1940). In: SOARES, C. L. Uma educação pela natureza: a vida ao ar livre, o corpo e a ordem urbana. Campinas: Autores Associados, 2016. p. 9-45.